

VIOLÊNCIA: O QUE FUNCIONÁRIOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE CUIABÁ PENSAM A ESSE RESPEITO?

CANDIDO.Eliana.L.

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso/ PPGE [UFMT/.elkandido@yahoo.com.br](mailto:UFMT.elkandido@yahoo.com.br). End. Rua 310 Quadra 98 Casa 28 setor 3, Tijucal- Cuiabá-MT-
Telefone 3665 1704

Este estudo se concentrou em dar voz às funcionárias de uma escola pública de Cuiabá MT, para saber o que elas pensam sobre a violência escolar, sobre as configurações familiares atuais, sobre o amor, considerando sua temática no campo da subjetividade, educação e psicanálise. A relevância do trabalho está na importância de realizar uma discussão acerca dos temas e subsidiar reflexões da prática pedagógica e do cotidiano escolar. A bibliografia utilizada abarcou referências relativas à violência escolar e à literatura psicanalítica relacionada com a educação. Os procedimentos utilizados foram: grupos operativos, aplicação de questionário e entrevistas semi-estruturadas. A amostra teve como base 5 funcionárias de uma escola pública. “Violência” foi a palavra que norteou o discurso dos sujeitos. Os participantes reconhecem a escola como um espaço de circulação da palavra, propiciando importantes trocas para a transformação pessoal e profissional. As angústias, as incertezas e as queixas foram reveladas em seus depoimentos. Alguns depoimentos mostraram profissionais angustiados em relação às manifestações de violência do aluno, dos funcionários, dos professores; a família do aluno, a indisciplina é vista como violência pelos sujeitos. Eles também reclamam da falta de um espaço na escola que possa propiciar a circulação da palavra, falar e poder ser escutado. É necessário que a escola crie mecanismos que propicie aos profissionais dar vazão à voz contida da educação, possibilitando a circulação desta por toda a sociedade a fim de minimizar a distância que há entre a escola, a sociedade e os poderes públicos responsáveis pelo sistema educacional brasileiro.

Palavras-chave: Educação; Violência; Subjetividade

INTRODUÇÃO Este artigo apresenta os resultados da pesquisa intitulada, *Violência segundo professores e funcionários de uma escola pública de Cuiabá-MT*, a qual culminou em uma dissertação de mestrado inscrita no Grupo de Pesquisa Educação, Subjetividade e Psicanálise, integrada a linha Educação e Psicologia, na área de concentração Educação, Cultura e Sociedade, do programa de Pós-Graduação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

Por meio da pesquisa pretendeu-se ouvir professores e funcionários de uma escola pública de Cuiabá-MT sobre a violência escolar, considerando que a escola é um espaço privilegiado para se promover o diálogo, para programar e desenvolver ações que sejam transformadoras de uma realidade desigual. Portanto não podemos nos omitir sobre o que se passa na escola, e as violências que nela surgem.

Nesta perspectiva a pesquisa teve como objetivo investigar o que professores e funcionários pensam sobre a violência, sobre as configurações familiares atuais, sobre o amor, bem como as formas de violência geradas pela cultura escolar, considerando sua temática no campo da subjetividade, educação e psicanálise. O que nos possibilitou entender não só como funcionários vêem a inter-relação da escola, família e amor como expressões de violência da criança e adolescentes em seu cotidiano escolar, mas também o que pesam os professores sobre o mesmo tema. Assim, apresenta-se neste trabalho o que professores e funcionários pensam acerca da violência, das configurações e do amor.

Sendo assim, a relevância de estudos como este está em contribuir para que os sujeitos desta pesquisa e, na escola em geral, percebam a necessidade de um trabalho conseqüente que possa propiciar além da circulação da palavra, a ressignificação de suas angústias por meio da fala e para que vivenciem de modo menos destrutivo e mais criativo, o cotidiano educacional.

Os sujeitos desta pesquisa são 5 profissionais de apoio administrativo, sendo 2 merendeiras e 3 pessoas da limpeza, e 5 professores de áreas específicas Português, Matemática, Ciências, Biologia e Artes, que se mostraram dispostos a participar. As reuniões foram realizadas nas dependências da escola, com atividades realizadas uma vez por semana. O horário, dia e local dos encontros foram indicados pela gestora da escola como o mais apropriado para os pesquisados, pois não poderia comprometer os dias letivos..

Os professores são efetivos na rede Estadual de Educação e as funcionárias são efetivas no cargo, têm em média três anos trabalhando na mesma escola. Todas as funcionárias fizeram o curso “ARARA AZUL”, oferecido pelo governo do estado de Mato Grosso, numa tentativa de reverter o quadro de depreciação dos trabalhadores da educação.

A profissionalização de todos os funcionários da área técnica e de apoio administrativo é uma exigência da Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica (LOPEB - Lei Complementar 50, de 1/10/1998) que em seu Artigo 84 determina o prazo máximo de oito anos para que todos sejam profissionalizados.

A orientação metodológica é de natureza qualitativa e se fundamenta na “escuta sensível que reconhece a aceitação incondicional do outro. Ela julga, não mede, não compara. Ela compreende sem, entretanto, aderir às opiniões ou se identificar com o outro, com o que é enunciado ou praticado”.(BARBIER, 2002, p.90). A pesquisa valeu-se das técnicas do grupo Operativo (PICHON-RIVÈRE, 1985, 2005), da entrevista semi-estruturada e do questionário.

O Grupo Operativo, que é uma técnica com grupos, cujo objetivo é promover uma leitura crítica e uma apropriação ativa da realidade, buscou-se apreender, através das diferentes formas de linguagem dos sujeitos da pesquisa, aspectos latentes, verbais e expressivos de se compreender a escola e as circunstâncias de suas vivências. Essa técnica possibilita a discussão reflexiva entre os membros do grupo, desde que eles estejam centrados na tarefa.

Pichon- Rivière (1985 apud BROIDE, 2006.p.51), explica que

[...] a tarefa é a trajetória que o grupo percorre para atingir suas metas. E é nessa trajetória que o grupo operativo pode ser econômico, na medida em que dispõe somente da energia necessária e suficiente para elaborar e concretizar o projeto, compartilhando suas necessidades em torno de objetivos comuns.

Essa dinâmica grupal não é linear ou cumulativa, ela ocorre num movimento dialético, onde cada alvo alcançado transforma-se, imediatamente, em um novo ponto de partida. É permeado de perda e ganho, os quais devem ter uma resultante positiva e, portanto operativa. São nessas idas e vindas do movimento dialético que vão ocorrendo os ajustes e correções de conceitos, preconceitos, tabus, fantasias inconscientes, idéias pré-concebidas e estereotipadas, desenvolvendo atitudes criativas para lidar com os problemas indicados pelos sujeitos.

Assim, a perspectiva teórica que norteou a orientação deste trabalho pautou-se pela contribuição de estudiosos na intersecção entre a Psicanálise e a Educação. Considerando a peculiaridade do tema, violência, situado na fronteira de diversas disciplinas, é mister abordar o enfoque dado à psicanálise e à educação, conforme Speller (2007, p. 19) sintetiza bem ao afirmar que a “[...] educação é construção e reconstrução de histórias pessoais e sociais. Professores e alunos [também funcionários] são contadores de histórias e também personagens nas histórias dos demais e nas deles próprios”.

Ao permitir que o inconsciente se manifeste a partir das palavras, faz-se emergir aquilo que é impossível de ser dito, diz a autora. Portanto Educação e Psicanálise formaram as bases deste trabalho, que utilizou o referencial psicanalítico como cunho social. Buscou realizar uma leitura da educação escolar através das falas de algumas pessoas diretamente ligadas a ela, ou seja, professores e funcionários, sem, no entanto, psicanalisá-los.

Os instrumentos de coleta de dados, ou seja, o questionário, as entrevistas e o grupo operativo possibilitaram aos participantes da pesquisa que, ao falar da violência como um fenômeno que está presente no dia-a-dia da sociedade, e portanto está inserida na escola

como um problema de difícil solução, pudessem ouvir uns aos outros sobre o que pensavam acerca do tema.

A VIOLÊNCIA Muito se tem falado sobre o fenômeno da violência, tendo em vista as suas formas de manifestações que tanto inquietam a população brasileira.

Alguns estudos realizados, tais como os de Endo (2005) e de Benevides (1996) asseveram que o tema violência nas grandes cidades confunde-se com o processo de democracia que eclodiu no país e com força no debate político, com a questão da segurança da população periférica constituindo-se em grande problema social e com a necessidade da democratização dos aparelhos de segurança, inadequados aos novos rumos do país.

Ao abordar a questão da violência percebe-se, como afirma Benevides (1996, p.76), “que inexistente vontade política para enfrentar os diferentes tipos de violência”, bem como, continua a autora,

[...] inexistente uma tomada de consciência da sociedade de que ela é responsável, ou seja, de que o problema da violência tem suas raízes econômicas, sociais e culturais; no que diz respeito aos governos, às escolas, às igrejas, às empresas, aos sindicatos, aos meios de comunicação e à sociedade civil.

Atualmente a violência, nas grandes cidades metropolitanas, manifesta-se de diferentes formas e revelam sintomas, com os quais as pessoas aprendem a conviver todos os dias. Endo (2005 p.116) explica que

existem medos e traumas conscientes que perduram na experiência do cidadão das cidades violentas e que não são levados em conta na formulação de políticas públicas de combate à criminalidade. A não compreensão dessas reações da sociedade podem resultar também, em práticas pouco eficientes de redução da violência.

O fenômeno da violência interfere no cotidiano das pessoas, provocando mudanças no comportamento e no imaginário das mesmas. De acordo com Pimenta (2002 p.96), “compreender esse cotidiano e indagar o seu significado possibilita enxergarmos caminhos. Por vezes, estamos tão impregnados desse cotidiano que não conseguimos vê-lo”.

É a partir do cotidiano que esta pesquisa vê a importância de escutar aquilo que o outro diz. Pode ser até palavras tolas para alguns, mas também podem fazer o maior sentido no mundo, pois os instantes vivenciados, escutados e falados num momento do grupo podem fazer a diferença na escola, modificar os sentimentos, dar um lugar, voz às pessoas e histórias vividas. Histórias que revelam o indivíduo e o mundo ao qual pertence.

Efetivamente as diferenças existem e não podem ser negadas. Não se pode negar o que é evidente. No caso da violência escolar, ao lidar com a criança e o adolescente, dentro e fora da escola, se apresenta num caminho dificultoso. Os jovens continuam sendo o alvo da violência no país, como vítimas e como protagonistas da violência

A pesquisa “Mapa da Violência nos Municípios Brasileiros” realizada, entre 1996 e 2006, por duas Ongs e pelo Governo Federal, detectou que quase meio milhão de brasileiros foram assassinados nos últimos dez anos, e o número de homicídios sofridos por pessoas de 15 a 24 anos subiu de 13,1 mil, em 1996, para 17,3 mil, no ano de 2004, um aumento de 31,3%. No mesmo período, o crescimento de homicídios entre a população total foi de 20%.

Essa pesquisa mostra que a incidência crescente dos jovens sobre as várias formas de violência, ao mesmo tempo em que os torna vítimas e executores, deixa clara a ausência do Estado na segurança pública, na oportunidade de emprego, na educação de qualidade e na saúde, princípios básicos para se viver em sociedade. Para os jovens, a “[...] violência também se perpetua na apatia, na falta de projeto de futuro, na ausência de perspectivas, na quebra dos valores de tolerância e solidariedade, fatos que fazem parte da crise de significações de nossa modernidade” (WAISELFISZ, 2007).

Por meio de uma pesquisa realizada por Abramoway et al. (2004) ouvindo os jovens das escolas de várias capitais brasileiras, constatou-se que os jovens percebem que o aumento simultâneo da riqueza, de um lado, e da pobreza, do outro, estaria gerando a exclusão pela miséria. Esses jovens também vêem na escola uma oportunidade de colocação no mercado de trabalho e qualificação como possíveis alternativas para diminuir a exclusão e a desigualdade social.

Abramoway et al. (2004, p. 26) ainda acrescenta que “[...] as violências nas escolas têm identidade própria, ainda que se expressem mediante formas comuns, como a violência *de facto* – que fere, sangra e mata – ou como incivildades, preconceitos, desconsiderações aos outros e a diversidade”.

Moraes, Azevedo e Teixeira (2005) preconizam que a escola precisa estar à frente das mudanças sociais, assumindo-se como uma instituição que pensa e repensa sua ação. Com essa visão, a “[...] escola tornar-se-á um espaço social ativo que passará a assumir a responsabilidade de construir seus objetivos e não apenas reproduzir conhecimento”.

Neste caminho, os estudos acima mencionados vem sendo utilizados como efeitos positivos para repensar a violência na escola, e na visão de professores e funcionários, especialmente no que diz respeito à constituição da subjetividade destes profissionais e, por conseguinte, a melhoria na qualidade na educação.

DISCUTINDO RESULTADOS O presente trabalho vai focar as falas do grupo formado por funcionárias e por professores de uma escola pública. Os dados referem-se, assim, a pesquisa que teve como objetivo investigar o que pensam ser a violência escolar, as novas configurações familiares atuais e o amor.

Na escola, a violência aparece inserida no contexto pedagógico, muitas vezes como resposta à imposições arbitrárias, desnecessárias, emanadas de um autoritarismo destrutivo, de professores que se sentem acuados, desrespeitados, sem saber o que fazer frente a certos comportamentos dos alunos e infantilmente tomando-os como agravo pessoal. Entram assim, alienado na relação dual imaginária, numa luta infrutífera onde a ordem é “ou eu, professor, ou você, aluno”. ninguém ganha, todos perdem, neste duelo.

Os professores queixosos justificam suas atitudes como tentativa de impor a autoridade, confundindo esta com autoritarismo. Por isso, muitas vezes, a violência corriqueira na/da escola tende a ser compreendida como um ato justificado e natural, com a explicação de que as crianças fazem o que fazem na escola devido à influência familiar.

Para a psicanálise “somos seres da linguagem, seres da falta e seres alienados no desejo do Outro. Ser sujeito, responsável pelas manifestações de seu desejo, também inclui estar submetido ao funcionamento do inconsciente”, como afirma Khel, (2002, p.96) ao falar do sujeito.

Dar voz às funcionárias e aos professores de uma escola pública de Cuiabá, é elaborar, dar sentidos ao que está sem ele, ou novos sentidos ao que está paralisado numa significação imaginária, muda. Como diz Speller, pela linguagem (2007 p.23) “[...] nos danamos, por ela nos salvamos”. Quando falamos, escutamos o outro e nos escutamos e assim podemos buscar saídas para nosso desamparo e mal-estar.

A abordagem do tema violência escolar possibilitou que os participantes pudessem trazer interessantes revelações de suas experiências profissionais e do seu cotidiano e que relação tem a família e o amor nas manifestações de violência na escola.

[...] eu convivi com a violência em casa desde que era pequena, casei e fui agredida pelo meu marido. Hoje, meus filhos são filhos do amor, não bato neles, nem grito. Converso e dou carinho. Nunca mais tive violência em casa. Eu acho que a falta de

amor, e de diálogo na família que gera a violência em casa e eles acabam trazendo essa violência para a escola. (Sexo feminino, funcionária)

Apesar de o tema violência escolar estar pouco presente nas pesquisas acadêmicas, é matéria constante na mídia, na literatura e nas conversas. A informação é rápida, e assim novas formas de ver e conviver com o fenômeno precisam ser familiarizadas, considerando que a psicanálise está presente no convívio escolar através da apropriação do saber e das relações sociais construídas, reproduzidas e compartilhadas no cotidiano.

No decorrer da pesquisa, ao escutar professores e funcionários de uma escola pública, presenciamos revelações e comportamentos que julgávamos corretos e que depois das reflexões poderiam ser desfeitos.

O grupo revela que o poder das palavras e o quanto elas constroem as coisas, quando acreditamos, podem gerar possibilidades concretas de mudança do indivíduo e de sua prática. A interação do grupo foi fundamental para que pudéssemos sair desse lugar de comodismo e desresponsabilização e passarmos a nos olhar sem nos julgar e assim sairmos dessa posição de aceitar e se queixar de tudo.

Ao ouvir o que professores e funcionários tinham a dizer sobre a violência na escola, percebemos muita angústia por tratar de um tema frequentemente associado a mortes, agressões graves, apesar de que o ambiente escolar deveria estar isento dessas manifestações mais violentas. Mesmo assim, nota-se um certo incômodo na fala dos sujeitos.

Ao falar da família e do amor, os professores e funcionários são convidados a refletir sobre as causas da violência na escola. A partir desta reflexão, eles concluíram que “[...] o aluno é violento na escola, porque a família é desestruturada”. Essa desestruturação tem características próprias como “[...] desemprego, falta de amor, falta de diálogo, impaciência, falta de limites, alcoolismo, drogas e separações”.

Para professores e funcionários, é difícil o aluno aceitar certas dificuldades que a família enfrenta no dia-a-dia. Assim ele vem para a escola como uma “água em ebulição”, fervendo, e aí qualquer coisa que lhe é dito ou feito é motivo para que exploda em violência, seja verbal, seja física.

É comum verificar, não apenas nas falas de alguns professores como em outros setores da sociedade, o argumento da "família desestruturada". Parece que eles se remetem a uma noção tradicional de "família" – pai, mãe, dona de casa, filhos – para, por oposição, mostrar a "desagregação" que as atinge hoje: o desemprego dos pais ou sua ausência; mãe trabalhando o dia inteiro; parentes obrigados a morarem juntos, problemas com drogas e álcool.

Esses argumentos carregam um tom preconceituoso, condenando moralmente as famílias. Nem sempre é sentido nos sujeitos um esforço para compreender o contexto familiar, social e comunitário em que vivem os alunos, e as especificidades de cada um, de modo a poder lhes dedicar uma formação adequada.

Diante das dificuldades que os alunos apresentam, o professor sente-se perplexo e indignado. As cobranças são muitas, e culpar a família acaba sendo uma via de escape para não encarar o problema de frente. Além disso, a indignação do professor tem razão de ser: os mais graves problemas sociais vêm bater, invariavelmente, à porta da escola. No entanto cabe aos professores, à direção da escola e ao sistema de ensino buscar soluções para enfrentá-los.

Por isso os questionamentos que foram propostos pelos sujeitos, num primeiro momento, nortearam as discussões em busca de respostas para: que escola queremos? Que escola estamos fazendo? Querer uma escola melhor ou mesmo achar que tudo vai demorar a acontecer não exclui a intenção do aluno e da sua família para com a escola. Será que eles também foram ouvidos e puderam refletir sobre como querem a escola e como eles a vêem hoje?

A escola apareceu na fala dos professores e funcionários como desvalorizada, evidenciando as limitações que estes profissionais enfrentam, tais como o tempo escasso, a formação insuficiente, o medo e o distanciamento dos alunos. Estes fatores dificultariam a abordagem do tema violência que na escola é delegada a outros profissionais externos à escola, por exemplo, psicólogos, Conselho Tutelar.

Ao definir a escola, os sujeitos demonstram um desejo de mudança, mas, ao mesmo tempo, sabem que isso não poderia ocorrer de imediato, seja no aspecto físico, material, seja pedagógico da escola. Esse pensar e repensar sobre a escola, mesmo que incorra num discurso queixoso, possibilita aos sujeitos se libertarem de uma condição de imitador desajeitado e submisso. O grupo se permite falar e ser escutado.

Percebe-se que o dono do saber também não sabe. Percebe-se a violência contra si mesmo. A violência se expressa na homogeneização de comportamentos, nas proibições, nas ameaças, agressões, inibem, coagem, levando o aluno a sacrificar seu lugar para dar lugar ao desejo do professor.

Essa relação é revelada na fala dos professores e funcionários ao se referirem aos alunos como protagonistas da violência, advinda da família. A indisciplina, a falta de limites e a falta de educação são pontos de referência nas falas. Mas o aluno não está sozinho, ele interage a maior parte do tempo na escola com o professor e também com os funcionários.

O caráter da violência, é relativizada, levando-se em conta quem pratica, contra quem e por que é realizada, de acordo com o conjunto de valores e normas que os orientam.

Assim, a pessoa agressiva, é aquela que xinga, bate, ameaça ou agride, discrimina sem razão aparente. Verificou-se que eles a percebem, no contexto escolar, sob forma de violência física, verbal e simbólica.

A violência verbal expressa nos xingamentos, ameaças está ancorada no que eles acreditam ser falta de respeito, principalmente aos professores e funcionários. Os professores revelam que muitas situações corriqueiras da vida escolar, tais como, conversar durante as aulas, geram incômodos, rótulo e preconceitos. Eles declaram não gostar de determinados assuntos ou comentário dos alunos. Por outro lado, os funcionários sustentam que não gostam das aulas fora da sala de aula, alegam que os professores não conseguem manter os alunos calados e concentrados nas atividades.

A violência física é facilmente identificada como brigar, empurrar, dar socos, tapas. A fala dos professores e dos funcionários interpõe-se por todos estes aspectos como indisciplina. A fala de professores e funcionários, indica que a indisciplina é um dos principais fatores do desempenho ruim do aluno, incluindo “[...] a falta de respeito, a falta de educação, a falta de responsabilidade” Abramoway et al (2004), evidencia que muitos estudantes enfatizam que o “[...] tratamento que lhes é dispensado, desde o primeiro dia de aula, tem um grande peso no sentido de criar um clima positivo para continuidade do ano letivo” e que “[...] em diversos discursos, [dos alunos] a relação professor/aluno está vinculada à disponibilidade para o diálogo”

A violência simbólica é mais difícil de ser percebida pelos sujeitos, porque é exercida pela escola quando impõe seus conteúdos destituídos de significado para a vida dos alunos. Ou ainda quando os professores abandonam seus alunos a própria sorte, desvalorizando-os com palavras e atitudes de desmerecimento. Por outro lado, há também, a violência que sofre os professores e funcionários quando são agredidos em sua identidade profissional pelo desinteresse e indiferença dos alunos.

A evidência da violência simbólica, na fala dos profissionais é expressa pelo poder do exercício racional, sugerida por BOURDIEU (2001,p. 101), que se refere ao “[...] poder exercido por uma ordem dominante como aquelas que agem por meio das sanções da instituição escolar”. Essa violência é percebida a partir do poder de ignorar os alunos com os seus problemas, ou quando eles não compreendem os conteúdos, ou no poder de saber tudo e ensinar pouco.

De maneira geral, as atitudes dos professores e dos funcionários, diante de qualquer situação percebida por eles, como violento, seja na sala de aula ou fora dela, é encaminhar a coordenação ou a direção da escola.

O que se constata nesta pesquisa é que os professores e funcionários estão ao mesmo tempo em que repensam sobre a prática pedagógica, avaliam a importância de criar um espaço na escola que possibilite a escuta e assim dar lugar para a circulação da palavra.

Os resultados indicam também que os professores e os funcionários começam a perceber que a qualidade da relação entre eles e o aluno pode trazer conseqüências negativas ou positivas. Eles podem estimular ou dificultar o desenvolvimento do aluno, pois tendo em vista seus próprios conflitos, podem agredir sutilmente os alunos, tornando a situação violenta, à medida que os alunos têm diminuídas suas possibilidades de defesa diante de um procedimento inadequado.

Alguns funcionários e professores não acreditam que podem mudar. Ou seja, a mudança poderia instituir outra forma de conceber o dentro e o fora. Assim, muitas vezes, eles fazem a opção pelo pior: “[...] isso não mudou até hoje, vocês só falam em mudança da boca pra fora, porque na prática mesmo nada muda, fica tudo como está”.

A intenção desta pesquisa não é criticar o trabalho pedagógico das escolas, nem denegrir a imagem do professor, mas levantar possibilidades de leitura e discussões acerca da violência na escola, destacando no discurso dos professores e funcionários a relação professor x aluno e funcionário x aluno. É perceptível nos discursos que o desejo transfira sentido e poder atribuído à figura do professor e do funcionário dentro da escola, os quais permanecem como um mero suporte esvaziado do seu sentido próprio enquanto pessoas.

A pesquisa demonstrou que abusar desse poder é uma tentação muito grande. Usa-se o poder para subjugar o aluno, impor-lhe seus próprios valores e idéias, impor seus próprios desejos, fazendo-os sobrepor-se àquele desejo que movia seus alunos.

O professor proíbe logo de início qualquer contestação, pede para que o aluno apenas fundamente a sua doutrina previamente concebida. Nesse caso, acreditamos que o aluno, que talvez reproduzisse fielmente o conhecimento do professor, não conseguirá ser um sujeito pensante, tendo em vista essa relação.

CONCLUSÃO Concluiu-se que os dois eixos que norteiam esta pesquisa, ou seja, a violência escolar e as relações conflituosas entre professor x funcionário x aluno, que é reforçada na autoridade e poder atribuídos ao professor e funcionário, são aspectos da manifestação da violência, mesmo que estes comportamentos sejam inconscientes.

Embora sejam comportamentos inconscientes, não deixam de ser violentas as reações destes profissionais em relação aos alunos que não compreendem o porquê da agressão, pois estão sendo depositários de uma descarga afetiva que não lhes diz respeito, via transferência.

É nesse momento que o aluno renuncia ao desejo de aprender e suporta este lugar que lhe é conferido. E é desse lugar que o aluno vai dar poder ao professor e ao funcionário de lhe atribuir o conhecimento, ou seja, o aluno os autorizará para prosseguir adiante, que ele está “ouvindo”.

Acredita-se que o professor e o funcionário ainda não têm claro que o desenvolvimento das relações do indivíduo com a escola dependerá, em grande parte, do ambiente proporcionado pelo educador. O cuidado para que o discurso de uma imagem ideal deva ser reforçado nesta relação corre o risco de esvaziar-se e não responder às demandas reais dessa realidade.

O professor, assim como o funcionário, produz sim fascínio sobre o aluno, mas ao se colocar no lugar de quem tudo sabe, paralisa o olhar e os gestos do aluno que oscila entre a veneração e o ódio, num espaço que não deixa lugar algum por onde possa transitar o seu próprio ser.

Acredita-se que a escola não deve assumir a política do silêncio, frente às práticas da violência em seu cotidiano.

Entende-se que a escola pode fazer muito para minimizar as práticas e manifestações de violência circunscritas no cotidiano da escola. A mediação da escola no gerenciamento de conflitos pode acontecer por meio do estímulo ao diálogo entre suas culturas como pressuposto da prática pedagógica. Atitudes preconceituosas, ofensas à inteligência e tratamento desigual ferem a auto-estima do aluno, que tende a reagir de forma violenta, seja contra o professor, seja contra o funcionário, seja contra prédio. Ameaças e agressões verbais e físicas, além do desinteresse, revelam um quadro de confronto também na sala de aula. “Esse tipo de violência não é causa, mas efeito do desgaste que vem sofrendo a relação professor-aluno”, analisa GROPPA (2004), para quem o mais importante é estabelecer regras de convivência claras desde o início do trabalho.

É necessário que a escola flexibilize ações que favoreça aos professores, funcionários a possibilitando da circulação da palavra, para que possa minimizar a distância que há entre a escola, a sociedade e os responsáveis pelo sistema educacional brasileiro. Um destes mecanismos poderia ser a criação de um espaço na escola em que pudesse atuar de maneira integrada, dando vazão a voz contida na escola e propiciando discussões proveitosas,

projetos e oficinas que sirvam para tirar a escola desse comodismo e dormência em que se encontra. Desta maneira os sujeitos poderiam opinar, refletir, discutir, ser ouvido e se ouvir, e assim, teriam a oportunidade de participar democraticamente do processo que constrói a educação escolar.

Se a palavra é a principal ferramenta de trabalho do professor e é a sua expressão inconsciente, que tanto permite esconder como revelar o ser que ele é, por que então não usá-la de forma que enuncie toda a atitude do professor que transpassa, assim como os seus gestos, o tom da voz, a expressão do seu olhar, sinais importantes de informações transmitidas no discurso. Talvez seja por isso que a lembrança que o aluno tem de seu professor não é tanto do que ele disse, mas do modo como disse a palavra.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, M. et al. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2004.
- BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano Editora, 2002. (Série Pesquisa em Educação).
- BENEVIDES, Maria Victória- A Violência é Coisa Nossa. In: **A Violência no Esporte - Vários autores**-Secretaria. da Justiça e da Defesa da Cidadania. São Paulo: SJDC, 1996
- ENDO, P. C. **A Violência no coração da cidade**. Um estudo psicanalítico. São Paulo: Escuta/FAPESP, 2005.
- KEHL, M. R. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das letras, 2002
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **A pesquisa em Educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 2003
- MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Dados da Rede Estadual de Educação**. Disponível: <<http://www.seduc.mt.gov.br>> Acessado 23/02/2008
- _____. **Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica (LOPEB)**, Lei Complementar nº. 50, de 1/10/1998
- MORAES, C. R. de; AZEVEDO, A. M.; TEIXEIRA, M. C. S. **As diversas formas de violência no ambiente escolar**: relatos de uma experiência. [on-line]. Mimeo, 2005.
- MRECH, L. **Psicanálise e educação**: novos operadores de leitura. São Paulo: Pioneira, 2003.
- PIMENTA, S. G. **De professores, Pesquisa e Didática**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2002
- PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. 1985. 7. ed. Tradução Aurélio Fernandez; Maria Silva Gonçalves. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. O processo grupal. 1985. In: BROIDE, J. **A psicanálise nas situações sociais críticas**: uma abordagem à violência que abate a juventude das periferias 2006. nº f.196 Tese (Doutorado em Psicologia Social) –Instituto de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SPELLER, M. A. R. **A Psicanálise escuta alunas de Pedagogia**. Cuiabá: EdUFMT, 2004
- WAISELFSZ, J. J. **Mapa da violência 3 – Os jovens do Brasil**. Brasília: UNESCO; Instituto Airton Senna; Ministério da Justiça, 2002. Disponível em: <<http://Unesco.org.br>>. Acesso em: dez. 2007.